

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DO ESTATUTO E DO PCCV

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às 16h00min, no CVT/UAITEC, à Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, 90 – Centro – Lagoa Santa, reuniram-se os membros da Comissão Permanente para Aplicação, Avaliação, Revisão e Proposição de Novas Diretrizes do Estatuto e do PCCV, conforme Portaria 1.027 de 26 de outubro de 2018. A secretária Lavínia abriu a reunião com a leitura das atas dos dias 10/06/2019 e 17/06/2019, que foram aprovadas e assinadas pelos membros presentes. Lavínia colocou os membros a par da Reunião da Mesa Gestora ocorrida no dia 01/07/2019 na qual foram ajustadas as atas das reuniões dos dias 10/06/2019 e 17/06/2019. A ata do dia 24/06/2019 foi enviada pelo Presidente por email para leitura e ciência de todos. Trataram ainda da assiduidade do 2º Secretário Cleanderson de Paula. Questionados por membros da comissão, a mesa gestora questionou ao 2º Secretário sobre sua intenção em continuar na Comissão comprometendo-se a participar das reuniões em horário integral e pré-estabelecido (sempre as segundas-feiras de 16:00 às 18:00 horas) para auxiliar nos trabalhos, inclusive de redação de atas. Uma vez questionado o 2º Secretário Cleanderson ponderou sobre o horário de início das reuniões devido atraso dos demais membros. Manifestou-se em abdicar do cargo de 2º Secretário, mas com intenção em continuar como membro da Secretaria de Fazenda na Comissão Permanente. O Presidente Danilo informou a todos que após a recomposição da comissão, cujo processo encontra-se em andamento, irá proceder a recomposição da mesa gestora. Alguns membros reforçaram que os horários, principalmente de início da reunião, devem ser respeitados para bom andamento dos trabalhos. Emerson indaga a mesa gestora se foi disponibilizado pela Gestão um carro para entrega dos comunicados às escolas para a formação da subcomissão da educação para discussão de seus pleitos e elaboração de documentos. Lavínia esclarece que na terça-feira o carro foi solicitado, porém não foi

disponibilizado, pois Secretária Patrícia Avelar encontrava-se de férias e a Diretora Josimara em serviço externo, e que, apesar disso, foram entregues pessoalmente quase todos os comunicados utilizando-se carros do Desenvolvimento Social e CRAS I. Exceto à escola Odete Valadares localizada na Lagoinha de Fora não foi possível entrega pessoalmente, porém foi enviado e recebido pela Diretora. Lavínia pede licença ao Presidente Danilo para que a primeira reunião da subcomissão da educação seja feita na reunião de hoje pela dificuldade de um espaço para tal e também para que esta subcomissão esteja alinhada com a Comissão Permanente. Da subcomissão da Educação estavam presentes: Priscila Batista da Escola Municipal Maria dos Anjos; Cleide Aparecida da S. Martins da Escola Municipal Professor Mello Teixeira; Patrícia Giselle Fraga da Escola Municipal Odete Valadares e Maria Flávia Araújo, da Escola Municipal Messias Pinto Alves. A servidora Mônica bispo de C.Bento representante da secretaria da Fazenda, reforça que a pauta do dia seriam as gratificações. Emerson propõe que a pauta seja alterada e tratemos das questões da educação, para que a pauta das gratificações seja tratada em reunião posterior à recomposição desta Comissão Permanente devido ao baixo número de membros ativos na comissão e ainda pela falta de representatividade de algumas secretarias/setores. O Presidente Danilo, a 1ª Secretária Lavínia e Adriana levantam a necessidade de revisão do regimento interno para deixar mais claro os critérios de formação de quorum necessário para reuniões e votações. Inicia-se uma discussão sobre a questão e fica definido que o regimento será alterado após a recomposição da comissão. Adriana ainda pondera o motivo pelo qual o Regimento Interno deve ser enviado para a chancela do jurídico. O Presidente esclarece que o Regimento é apenas verificado em termos de linguagem jurídica e não há interferência da Gestão na essência do conteúdo do mesmo. Adriana pondera ainda que: devemos ter uma acessória jurídica independente da Prefeitura. Lavínia chama atenção para retomarmos a pauta do dia (alterada no início da reunião de hoje para a discussão dos pleitos da educação em detrimento a

votação dos 25 dias úteis de férias e discussão sobre as gratificações), uma vez que, recomposta a comissão, o Regimento Interno será re-discutido e alterado. Sobre a reunião da Mesa Gestora em 01/07/2019 Lavínia informa que alinharam um cronograma pensando na agilidade da reunião semanal da comissão. Alertou sobre a necessidade de estabelecermos critérios para a escolha dos novos membros inscritos até o dia 15/07/2019 para integrar a comissão para votarmos nos candidatos. Propõe a data de 22/07/2019 para que a comissão atual faça a escolha dos membros. Adriana pondera que no primeiro processo os servidores de cada secretaria escolheram seus membros e questiona como será feito agora uma vez que há secretarias sem representatividade. Adriene esclarece que no Regimento válido essa votação é da comissão como um todo e não apenas de membros de setores pares. Adriene sugere ainda análise de currículo como critério e Adriana sugere, como outro critério, uma avaliação de membros dos setores pares em relação ao perfil dos candidatos. Lavínia lembra que, durante o período das inscrições, ficou acordado entre os membros atuais da comissão que mobilizassem os servidores com perfil “chave” para participação na Comissão. Lavínia sugere por isto nova data para escolha dos membros para 29/07/2019 e que a comissão defina os critérios. Adriene pondera sobre o desinteresse dos colegas em participar e vários presentes manifestam o mesmo sentimento em relação a seus colegas. Cleide e Ana Cláudia, integrantes da Sub-Comissão da Educação pelas escolas Melo Teixeira e Messias, respectivamente, dizem que devemos persistir, pois, municípios vizinhos em situação econômica até pior que a nossa, tem direitos garantidos. Lavínia reforça que a mesa gestora irá continuar cobrando de forma intensiva os retornos da gestão sobre os ofícios encaminhados de tal forma que possamos divulgar aos servidores o que efetivamente a comissão já conseguiu de benefícios/mudanças no PCCV e conseguir maior adesão dos servidores a comissão e a subcomissões. Ainda que toda a nossa documentação esteja disponível no site, nem todas as pessoas têm acesso ou mesmo interesse em verificar o que

vem sendo tratado. Falou-se sobre a necessidade de criarmos um periódico da Comissão para informativo. Estava presente ainda Ariadna da Secretaria de Fazenda. Com a palavra esclarece que fez parte da comissão anterior e que sentia falta de integração e entendimento global dos pleitos de todas as secretarias. Que esta comissão atual está bem diferente neste ponto onde são tratadas questões dos servidores em geral e não de uma categoria ou outra isoladamente ou de forma segmentada. Disponibilizou-se a participar da subcomissão da Secretaria da Fazenda. Manifestou-se favorável a idéia de que não haja perdas a nenhum servidor. Manifestou-se ainda preocupada com as transformações de cargos que ocorreram fora da regularidade jurídica. O Presidente Danilo toma a palavra e diz que não cabe a comissão questionar o que foi feito, mas sim pleitear uma ação do executivo para correção das injustiças e “sensações de rebaixamento”. Adriana pondera sobre a necessidade de estruturarmos a Comissão para que tenhamos mais autonomia principalmente em relação a consultas jurídicas. Emerson sugere, em relação as transformações por exemplo, que paralelamente podemos tratar dentro das subcomissões pautas que abrangem tais pleitos sem aguardar exaurir determinado assunto pois as discussões são demoradas devido a complexidade dos assuntos. Ariadna pondera que em relação a divulgação das conquistas que tenhamos cuidado para tornar público deixando bem claro qual o estágio de cada conquista, por exemplo, se já virou lei? Se já está com o executivo para envio a câmara? Ou se está sob análise do jurídico, etc. Que o servidor deve ter ciência da real situação de cada tema. O Presidente leu a parte do Regimento que fala sobre a escolha dos novos membros para esclarecer que o poder de escolha está com a Comissão para evitar que “indicados” pela Gestão interfiram no andamento dos trabalhos. Adriana Ressalta que não concorda que o prefeito aprove o Regimento que isto deve ser feito apenas pelos membros da Comissão. A comissão Permanente tem autonomia para criar e aprovar seu Regimento interno. Fala ainda sobre a questão de avaliação dos pares para melhor escolha conforme perfil de cada

candidato. Ariadna questiona quais são os pleitos que a comissão tem tratado além dos apaziguados, pois conhece bem os argumentos da gestão, principalmente os que envolvem a parte financeira e organizacional, para atuar de forma melhor junto a comissão e subcomissões, contra-argumentando de antemão, para elaboração de propostas coesas e concisas para apresentação a Gestão. Lavínia solicita de a mesma formalize por e-mail estes questionamentos para que a comissão possa também responder formalmente e documentar. O Presidente Danilo diz ainda que a idéia é tentar enviar as pautas com antecedência mínima de uma semana para que possamos mobilizar nossos pares a respeito do assunto para levar os pleitos para a discussão. Lavínia solicita aos representantes da subcomissão da educação para explicar sobre o resultado da mobilização feita junto às escolas. As representantes no geral disseram que os colegas, ainda que desestimulados, comentaram sobre o assunto nas escolas e conseguiram reunir membros para a subcomissão da Educação. Ainda levantaram a questão dos 25 dias úteis de férias e suas interferências no calendário escolar. Este deve ser muito bem elaborado para que não haja prejuízos aos servidores da educação. Emerson questiona sobre quem determina o calendário escolar. Adriana esclarece que por lei ele deve ser elaborado junto com o sindicato da categoria. Lavínia esclarece ainda que ele deveria ser elaborado em uma reunião colegiada nas escolas e o que iria para a Secretaria de Educação para ser discutido entre Secretária e Diretoras. A partir deste momento o Sindicato entra no circuito para aprovação do mesmo. Na verdade a Secretária se reúne com as Diretoras das escolas e apresenta um calendário já fechado para apenas formalizar a aprovação sem qualquer discussão com os principais envolvidos. Emerson pondera que a Comissão deve intervir de forma ativa para que a elaboração deste calendário seja juridicamente correta e para garantir a participação de todos. Após o termino das discussões sobre o incentivo a formação/qualificação, o presidente informou que ira enviar por e-mail as novas propostas discutidas na reunião para a

apreciação dos membros. Nada mais havendo a ser dito, eu, Adriene de Souza Neves, lavrei a presente ata e se aprovada for, segue assinada por todos. Lagoa Santa 08 de julho de 2019.

Leonardo Pereira Gomes
Cláudio Raimundo de Castro Freixo
Adriana Paula Pereira
Lavina Rodrigues de Oliveira Vieira
Lucinéia Aparecida Medeiros dos Santos
Emerson Pereira de Melo
Sandra de Oliveira Estevam
Jane Carla Silva Ferreira
Sandra da Silva Moura
Fabírcia Antunes Cardoso
Daniel Gonçalves Moreira
Danilo Gonçalves Moreira
Adriene de Souza Neves
Jussara Aparecida dos Santos Costa
Cleanderson de Paula Silva
Mônica Bispo de Carvalho Bento
Participante Convidado: Eveline Maria de Oliveira